



Assembleia Municipal de Mora

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Mora, realizada no dia trinta de junho de dois mil e vinte dois

Mandato 2021/2025

(De acordo com o nº 2 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação)

Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas, reuniu, em Sessão Ordinária, no Auditório Municipal do Parque de Feiras, a Assembleia Municipal de Mora. -----

Constituída a mesa. Presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Luis Simão de Matos, secretariado pela Primeira Secretária, Senhora Maria Joaquina Filipe Salgueiro, e pelo Segundo Secretário, o Senhor Carlos Alberto da Silveira Biléu. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, cumprimentou todos os presentes. Seguidamente propôs, a pedido da Senhora Presidente da Câmara Municipal, Paula Chuço, que fosse feita uma alteração à ordem de trabalhos, o ponto cinco passaria a ser o ponto um e vice-versa, de forma a que o Engenheiro Víctor Cardial, que apresentou o ponto, pudesse sair mais cedo. Todos concordaram. -----

Início da sessão, efetuou-se a chamada e pela Mesa foi verificada a substituição de um membro deste órgão. Registando-se a falta justificada do membro, Ana Maria Prates Ramalho Aniceto, foi convocado o membro João Manuel Coelho - Grupo Municipal do PS, em virtude de os elementos que se seguem na respetiva lista, não poderem estar presentes. -----

Para além dos membros da Assembleia Municipal, estiveram, também, presentes a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Paula Cristina Calado Chuço, e os senhores Vereadores, Hugo Carreiras e António Ferreira, pelo Partido Socialista (PS), Luis Pedro Branco e Marco Calhau, pela Coligação Democrática Unitária (CDU).-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Luis Simão de Matos, após verificar a existência de quórum, iniciou os trabalhos. -----

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several initials below it.

PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Foram solicitadas intervenções pelos Grupos Municipais da CDU e PS, que procederam à inscrição.

O membro eleito, José Pinto (CDU), informou que o Grupo Municipal da CDU, tinha para apresentar “Tomada de posição pela valorização dos profissionais de saúde e o serviço nacional de saúde.”

“Uma moção sobre o aumento do custo de vida, que exige medidas urgentes.”

“Questões relativas ao funcionamento da Assembleia Municipal.” -----

O membro eleito, Jorge Pintor (PS), pediu que lhes fizessem chegar com mais tempo de antecedência os documentos que são deliberados em Assembleia. Para fazerem a análise dos mesmos atempadamente. -----

O membro eleito, Nélia Santos (CDU), cumprimentou os presentes e procedeu à leitura da “Tomada de posição pela valorização dos profissionais de saúde e o serviço nacional de saúde.” apresentada pelo grupo Municipal da CDU. Pediu a sua divulgação (que se anexa). -----

O Senhor Presidente, Luís Simão de Matos, perguntou se alguém queria intervir.

Fez uso da palavra o membro eleito, Luís Casanova (PS). Afirmou que todos concordam com o que foi enunciado, mas ressalva que esse é um problema que afeta todo o país, principalmente a região do interior. E, se fosse um problema de fácil resolução, já estaria resolvido, quer pelo governo atual ou pelo anterior, apoiado pela CDU. -----

O membro eleito, Nélia Santos (CDU), apelou a que se juntassem esforços na resolução do problema do concelho, reforçando o conteúdo da Tomada de Posição, e no pedido por aquilo a que todos têm direito: à Saúde. -----

Pediu a palavra a Senhora Presidente da Câmara, Paula Chuço, que referiu todos os esforços que o executivo tem realizado junto das instituições capacitadas, ACES, ARS, SCM de Mora, na resolução do problema. Salientou ser um problema a nível nacional, que se está a tentar combater e minimizar, encontrando soluções pontuais. Questionou também o Grupo Municipal da CDU, que se manifestou interessado em ajudar, afirmando estar disponível para ouvir novas propostas. Após várias reuniões com a ACES e a ARS, foi a Presidente informada que brevemente iria abrir um concurso para colocação de médico no Centro de Saúde de Mora. Ainda assim, haverá outro aspeto a realçar, ou seja, a disponibilidade do Município em encontrar condições de fixação ao médico que chegar, problema que está em cima da mesa e que se está a tentar resolver e no qual irão investir.-----

Pediu a palavra o membro eleito, José Pinto (CDU). Afirmou quererem fazer parte da solução e não do problema e, por isso, se encontram inteiramente disponíveis para tentar ajudar. Uma das hipóteses apresentadas foi a de pressionar o governo, através de apresentação de um abaixo-assinado elaborado junto da população, a denunciar a falta de médicos no Centro de Saúde de Mora.-----

Colocada à votação, foi aprovada por unanimidade-----

De seguida a Primeira Secretária, Maria Joaquina Salgueiro, apresentou a moção "O aumento de custo de vida que impõe e exige medidas urgentes". Pediu a sua divulgação (que se anexa).

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Luís Simão de Matos, perguntou se alguém se queria pronunciar. Foi dada a palavra ao membro eleito, Luís Casanova (PS), que concluiu que a moção acerta nos problemas, mas erra nas soluções. Informou que iria votar contra devido às soluções apresentadas, uma vez que considera que as mesmas vão agravar, e não solucionar, o problema. Considera que políticas de fixação de preços são contranatura e completamente erradas para a economia. Expressou a sua opinião relativamente ao aumento do salário mínimo. Reconhece que, nos valores em que se apresenta, é ridículo face ao custo de vida que se pratica atualmente. Contudo, aumentar o salário mínimo para oitocentos e cinquenta euros é aniquilar grande parte das empresas portuguesas. Alerta para o facto de a economia portuguesa ser constituída por pequenas e microempresas. Com este aumento, e com a carga fiscal associada, isto significa a exterminação de grande parte do tecido empresarial português. Defendeu que as medidas apresentadas na moção são completamente erradas. -----

Colocada à votação, a Moção, foi aprovada, com dez votos a favor, do Grupo Municipal da CDU e nove votos contra, do Grupo Municipal do PS. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Segundo Secretário, Carlos Biléu, que deu conhecimento da sua participação na Assembleia da Comunidade Intermunicipal, relatando os pontos que debateram e que foram aprovados por unanimidade.

Informou que, no período antes da ordem do dia, foi abordada a tomada de posição da CDU relativamente ao Plano Estratégico da Água, recusado por maioria.

Foi apresentada a moção pelo 25 de abril, aprovada por unanimidade.

Acrescentou ainda que o próprio havia levado à Assembleia da CIMAC a situação do alargamento da vedação na linha de caminho de ferro desativada, na Herdade da Tramagueira, situações estas que se têm verificado por outras regiões do Alentejo.

Reforçou que havia levado o tema, quer à Assembleia Intermunicipal da CIMAC, quer à Assembleia Municipal de Mora, não para questionar, mas para sensibilizar os membros eleitos. Afirma ter desconhecimento acerca das razões legais que permitiram, ou que poderiam impedir, a colocação da vedação que bloqueia o acesso ao trilho da CP como Ecopista, um projeto já implantado no troço do antigo ramal de Mora, e que evitariam qualquer recuperação e/ou requalificação da antiga estação de comboios do apeadeiro de Cabeção. Em conclusão, alerta para a apropriação de um espaço público e a sua legalidade. -----

Pede a palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Paula Chuço, afirmando que, após conhecimento do caso, a Câmara Municipal, como intermediário, tomou medidas. Informa quais as diligências efetuadas por parte da Câmara Municipal. Chamou à discussão o Senhor Vereador Hugo Carreiras, que passou a explicar o teor das reuniões efetuados com as partes intervenientes no caso. -----

O Senhor Vereador Hugo Carreiras cumprimentou os presentes e, de seguida, informou que, ao tomar conhecimento da situação, agendou uma reunião com o proprietário do terreno, representantes da CIMAC e Infraestruturas de Portugal. O Município de Mora, como intermediário, tem todo o interesse em perceber a legalidade da vedação e quais as implicações adjacentes. A Infraestruturas de Portugal tem, até setembro do corrente ano, uma equipa a avaliar situações pendentes e de difícil resolução, como esta. Teve início em Évora e irá passar pela Herdade da Tramagueira. Relativamente a situações irregulares que detetem, de acordo com os cadastros e as coordenadas, será levantado um ato e comunicado ao infrator. Até à data, aguarda resposta sobre a legalidade da intervenção executada pelo proprietário dos terrenos. Informa que irão fazer um acompanhamento no desenrolar da situação. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Luis Simão de Matos, dá a palavra ao membro eleito, João Saraiva (CDU), que se dirige à Senhora Presidente da Câmara Municipal, Paula Chuço. Agradece, em nome da CDU, o convite para reunir no Município e discutir assuntos referentes à Assembleia Municipal, onde constata algumas lacunas, tais como:

- No portal da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal surge com a composição do elenco da CDU em desatualização.
- Omissões das deliberações aprovadas, regimento aprovado por unanimidade, atas de sessões da Assembleia Municipal.
- Atraso na entrega dos documentos de suporte para análise e deliberação.

Deixou esta crítica e pede que seja rapidamente resolvida.

Dirigiu-se também ao Presidente da Mesa, no sentido de interceder para o bom funcionamento deste órgão. -----

Pediu a Senhora Presidente, Paula Chuço, para intervir e esclarecer o membro eleito, João Saraiva (CDU). Informou que os nomes dos membros da Assembleia Municipal já se encontravam na página, alguns não queriam foto, pelo que se respeitou a decisão de cada um. Comprometeu-se em verificar se havia mais alguma coisa em falta. Relativamente às atas, que ainda não constavam do Portal, referiu que, só podem ser publicadas depois de aprovadas, o que ainda não tinha acontecido. No que diz respeito ao atraso da entrega dos documentos, justifica-se com a Reunião de Câmara deslocalizada na freguesia de Pavia, bastante participada pela população. Os Técnicos tiveram um avultado trabalho a desenvolver, após o seu horário de expediente, o que levou ao atraso na entrega do documento. -----

O Presidente da Mesa espera que estas situações sejam asseguradas de futuro, reforçando que havia existido uma reunião com a Senhora Presidente, Paula Chuço, em que o tema havia sido abordado. Mais informou que é necessário que o administrativo fale com o Presidente da Assembleia para que estas situações sejam devidamente acauteladas. -----

Pediu a palavra o membro eleito, José Pinto (CDU). Mencionou também que os documentos deliberados pela Assembleia Municipal devem ser tornados públicos, como moções, tomadas de posição e votos de louvor. Informou que, na opinião da CDU, apenas os documentos aprovados deveriam ser publicados-----

O membro eleito, Luís Casanova (PS), sugeriu, que para além das atas, era importante que constassem todos os documentos que são levados à Assembleia Municipal, bem como ordem do dia e todos os documentos acessórios para consulta pública, de forma a estarem disponíveis a todos. Os documentos digitalizados deveriam ser gerados diretamente para o pdf a partir do original, para ter uma melhor leitura e análise e, dessa forma, enviados aos membros da Assembleia Municipal.

Pediu a palavra o Segundo Secretário, Carlos Biléu, que lembrou que o edifício do Solar dos Lilás, durante o mandato do Presidente Sinogas, foi aprovado para candidatura a edifício de interesse municipal, desconhecendo se o mesmo terá avançado. Considerando que o Solar dos Lilás foi vendido, pediu esclarecimentos à Sr.ª Presidente, sobre o ponto de situação do mesmo. -----

A Senhora Presidente da Câmara Municipal informou que, apesar do edifício ter sido vendido, o atual proprietário irá manter a mesma atividade. Está a ser alvo de melhorias, pretende manter a traça que o caracteriza, quer no interior como no exterior. Passou a palavra ao Senhor Vereador António Ferreira, uma vez que estabeleceu contacto mais restrito com os intervenientes. Este esclareceu todos os presentes sobre o conteúdo da reunião que desenvolveu com a empresa responsável pela gestão do edifício. Querem conhecer o nosso concelho e têm como objetivo a aposta no turismo. A Câmara Municipal é intermediária, tendo todo o interesse na fixação de novas empresas que possam dinamizar a nossa região. Considera que é uma mais valia, visto que a hotelaria é uma das grandes lacunas na nossa zona.-----

Ordem do dia

Não se registou intervenção do público, procedeu-se à aprovação das atas das sessões anteriores. -----

O Segundo Secretário, Carlos Biléu, pediu que fossem feitas algumas retificações às atas que estavam para deliberação. -----

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Luis Simão de Matos, propôs que, após retificadas e assinadas, as atas deveriam ser publicadas. A decisão foi unânime entre os membros eleitos. -----

Aprovação da Ata da Sessão do dia, vinte e três de dezembro de dois mil e vinte e um.

Colocada à votação, a Ata foi aprovada por maioria com três abstenções, devido ao facto dos membros não se encontrarem presentes à data da Sessão. -----

Aprovação da Ata da Sessão do dia, vinte cinco de fevereiro de dois mil e vinte e dois.

Colocada à votação, a Ata foi aprovada por maioria com uma abstenção, devido ao facto do membro não se encontrar presente à data da Sessão. -----

Aprovação da Ata da Sessão do dia, trinta e um de março de dois mil e vinte e dois.

Colocada à votação, a Ata foi aprovada por maioria, com uma abstenção, devido ao facto do membro não se encontrar presente à data da Sessão. -----

Aprovação da Ata da Sessão do dia, vinte e nove de abril de dois mil e vinte e dois.

Colocada à votação, a Ata foi aprovada por maioria, com uma abstenção, devido ao facto do membro não se encontrar presente à data da Sessão. -----

O Segundo secretário, Carlos Biléu, sugeriu que as Atas, após serem redigidas, sejam enviadas a cada um dos membros, com o pedido de sugestão, alteração ou correção, dando um prazo de uma semana para que o pedido seja respondido.

Aprovação da Ordem de Trabalhos

A pedido da Senhora Presidente da Câmara Municipal, Paula Chuço, foi feita uma alteração à ordem de trabalhos.

O ponto cinco passou a ser o ponto um, foi votado por unanimidade.

Ponto um: Aprovação da Estratégia Local de Habitação

A convite da Câmara Municipal de Mora, o Senhor Engenheiro Victor Cardial, representante da Empresa Blue Capital Business apresentou a Estratégia Local de Habitação para o Município de Mora, esclarecendo todas as questões do respetivo ponto. -----

Pedi a palavra o membro eleito, João Saraiva (CDU), agradeceu ao senhor engenheiro a explicação relativamente ao quadro apresentado sobre a regressão demográfica, questionou se houve algum estudo antecipado da procura e se será possível antever a projeção do projeto em termos demográficos, relativamente à de procura de casa. -----

O Engenheiro Victor Cardial, confirma que foi feita uma avaliação na base das projeções do Instituto Nacional de Estatística (INE) para as migrações e natalidade. Todo o Alentejo irá perder população, embora a migração continue a aumentar. Considera que Mora tem condições de atratividade especiais, que podem ser desenvolvidas, mas que a questão da habitação é fundamental para o investimento, para a atração de profissionais, para a criação de sistemas. O estudo foi refletido como uma necessidade para a atratividade do Concelho.

Reforçou ainda, e em resposta ao eleito João Saraiva que questionou a expectável subida da migração, que o estudo revelou que sim, vai ocorrer alguma migração. -----

Pedi para intervir o membro eleito, José Pinto (CDU), questionando qual foi o custo, para a autarquia, da realização do diagnóstico, ao que o Senhor Engenheiro Victor Cardial lhe respondeu ter sido zero, dado o estudo ser financiado integralmente pelo Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU). Questionou ainda qual é o montante global a nível nacional para essa medida. Respondendo à questão, o Senhor Engenheiro revela que o IHRU não tem um valor propriamente definido. Em termos de Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), estão definidos mil duzentos e sessenta e seis milhões de euros e vinte seis mil habitações, em termos gerais o valor comporta os custos.



Questionou ainda o eleito José Pinto (CDU) como é que o interior, que está com uma carência enorme de serviços públicos, que encerram ou funcionam de forma deficitária, pode atrair população. Reforçou que quando a Escola Primária de Brotas encerrou, tiveram duas ou três famílias que foram embora por ausência de serviços públicos. -----

Respondeu o Engenheiro Victor Cardial que foi realizado um estudo Millennials, no qual foi possível verificar a existência de uma grande capacidade ou interesse em fixar residência no interior, caso tivessem condições de habitação e trabalho. A ideia passada de que as pessoas não tinham interesse de vir para o interior, neste momento, alterou-se fortemente, fruto das novas tecnologias, do custo de vida e dificuldade de criar família nas zonas litorais. Existe alguma apetência para os jovens se fixarem no interior.

Tomou a palavra o membro eleito, Luís Casanova (PS), resumindo o teor da apresentação por parte do Senhor Engenheiro Victor Cardial, considerando que somos um concelho que vive uma espiral negativa, não há emprego, habitação, investimento. Por conseguinte, essa espiral autoalimenta-se. Esta medida não vai trazer a solução em termos económicos, nem populacionais, mas vai permitir dar uma resposta às empresas e investidores que procuram investir num determinado concelho ou região, sabendo que os fatores que normalmente se consideram para esse investimento são a existência de pessoas, quais as suas qualificações e a existência de habitações. Nesse último ponto, todos nós sabemos que não há habitações no mercado de arrendamento. O que se pretende com esta medida, é que se comece a resolver um destes problemas. Neste caso, a habitação, para tentar inverter a espiral negativa. -----

Em resposta, o Senhor Engenheiro Victor Cardial disse que, entre dois mil e onze e dois mil e vinte e um, houve um aumento das áreas de serviços em Mora bastante significativo, tanto a nível de emprego como de valor acrescentado, volume de negócios. O que não seria espetável, mas, dado a proximidade a Lisboa e a questão do teletrabalho, foi um fator favorável. Pensa-se que foram empresas de prestação de serviços que se fixaram em Mora e isso é uma oportunidade para atrair pessoas. Este programa visa resolver problemas existentes e não problemas futuros. Apesar de terem perspetivado a questão do futuro, é preciso haver uma política local de habitação que promova habitação, nomeadamente a habitação social, em que o primeiro passo é dado com este investimento, que pode ser financiado a 100%.-----

Colocado à votação, o documento foi aprovado com nove votos a favor do Grupo Municipal do PS e abstenção do Grupo Municipal da CDU. -----

A Senhora Presidente da Câmara Municipal de Mora, Paula Chuço, agradece a disponibilidade do Senhor Engenheiro Victor Cardial, por ter estado presente nesta sessão da Assembleia Municipal.-----



Ponto dois: 2ª Alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Mora para o ano 2022

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Luís Simão de Matos, pediu à Senhora Presidente da Câmara Municipal, Paula Chuço, para esclarecer o ponto em questão.

Passou a explicar que é uma alteração feita ao mapa de pessoal, aprovado no dia vinte e oito de março. Vai contemplar algumas correções, que foram necessárias fazer no mapa de pessoal. Analisando caso a caso todos os funcionários, depararam-se com algumas situações que não estavam corretas, umas neste mapa, outras mais antigas e alguns erros materiais. Querem mostrar transparência no que estão a executar. Exemplo de um funcionário que estava no Fluviano e que ficou afeto à escola, bem como outros que se encontram nas águas e estavam afetos às obras. Existe também uma situação que, há três anos, mostrava que estava na biblioteca e, na realidade, trabalhava na Oficina da Criança. Existem alguns erros entre categorias, uns tem cinco e deveriam ter seis, e contempla também a vaga de um veterinário, que consideramos ser uma vaga muito importante. O estado assegura 40% do vencimento e a autarquia assegura os restantes 60%. O lugar de veterinário é fundamental para darmos resposta à responsabilidade com os animais, pelo que é o único lugar que contempla esta alteração.

Considerando que devem mostrar a realidade pedem essa alteração. -----

O membro eleito, José Pinto (CDU), informa que o Grupo Municipal da CDU se vai abster. Não é sua intenção, de forma alguma, votar contra para não bloquear o normal funcionamento da Câmara, mas põem em causa a credibilidade de um documento que foi aprovado há menos de dois meses e agora tem de ser revisto. Alguma coisa falhou, alertando ser responsabilidade da tutela política. -----

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, Paula Chuço, disse não se prender com uma questão de credibilidade. À medida que os erros vão sendo detetados, devem ser resolvidos. Alguns foram feitos na elaboração do documento, mas outros remetem para o anterior executivo. Todos estão em análise e resolução. -----

Colocado à votação, o ponto foi aprovado com 9 votos a favor do Grupo Municipal do PS e abstenção do Grupo Municipal da CDU. -----

Ponto três: Designação de 4 cidadãos eleitos para integrarem a comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Mora, nos termos da alínea l) do artigo 17º da Lei 147/99, de 1 de setembro.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Luís Simão de Matos, informa que a Assembleia deve designar quatro cidadãos, a fazerem parte da CPCJ de Mora. -----

Os dois Grupos Municipais entraram em consenso e propuseram uma lista única com os seguintes nomes: Drª Generosa Pereira, Luís Caramujo - Comandante dos Bombeiros Voluntários de Mora, Professora Joaquina Lobito, Professora Lúcia Pinto. -----

Procedeu-se à votação à lista.

Foram eleitos por unanimidade, com dezanove votos a favor. -----

Ponto quatro: Eleição do Presidente de Junta de Freguesia que Representará as Freguesias do Concelho Municipal de Educação, nos termos da alínea d), do artigo 57º, do Decreto-Lei nº21/2019, de 31 de janeiro.

O membro eleito, Luis Casanova (PS), em concordância com o Grupo Municipal da CDU, sugeriu que fosse nomeada a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Pavia, Custódia Casanova (PS), com base na sua formação académica. -----

Procedeu-se à votação à lista.

Foi eleita por unanimidade, com dezanove votos a favor. -----

Ponto cinco: Projeto de Regulamento do Orçamento Participativo do Município de Mora

A Presidente da Câmara Municipal de Mora, Paula Chuço, apresentou o ponto em questão.

O Regulamento do Orçamento Participativo é considerado de extrema importância uma vez que é através dele que pode ser assegurada a participação dos munícipes. Foi um assunto ao qual este executivo se propôs, estar mais próximos da população, para que possa intervir em tudo o que o executivo faz. Nesse sentido, lançou-se esse desafio. São ideias e sugestões transmitidas, durante o período de tempo que o documento esteve em discussão pública. É este o orçamento, é o instrumento com o qual devem trabalhar para dar uma resposta mais concreta e mais precisa a todos que nele participaram. -----

Faz uso da palavra o membro eleito, João Saraiva (CDU), que informou que o Grupo Municipal da CDU irá votar contra, justificando que este documento já tinha sido chumbado pelos vereadores da CDU em Reunião de Câmara. Acrescentou que democracia é também haver estilos de trabalho diferentes, lembrando que o plano Quinquenal da União Soviética não fez mal ao mundo, trouxe novas ideias que foram usadas por diversos povos, incluindo o Partido Socialista. Defendeu que as ideias neoliberais que se defendem atualmente estão a levar o mundo a níveis de pobreza como nunca teve, insistindo que todos sabem bem de onde essas mesmas ideias vêm.

O eleito usou este argumento para afirmar que o contacto com a população é muito importante na gestão das autarquias locais da CDU, reforçando a ideia de democracia. Realçou a reunião deslocalizada da Câmara Municipal, em Pavia, e enfatizou que essa é a forma de estar com a população, promovendo a democracia participada. Teve ainda a ousadia de propor ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal a realização de reuniões deslocalizadas nas freguesias, para as populações terem a possibilidade de assistir às Assembleias.

Contesta o argumento em que se insere o orçamento participativo. Realça não ser um orçamento participativo, mas sim um plano de atividades. Da forma como se apresenta, é uma proposta que as pessoas fazem, não orçamento, mas um plano de atividades. Como tal, é uma ação que se propõe que, posteriormente, o orçamento defina se existe verba ou não para a sua execução.

Reforça que se trata de um Plano de Atividades, como as Grandes Opções do Plano e, essas sim, devem ser participativas. Entende que esse deve ser o princípio. O Plano de Atividades, primeiro, deve ser visto com os trabalhadores da Câmara e com a população das freguesias e, posteriormente, o orçamento deve dar suporte a esse plano. Para os governos, o que interessa não são as Grandes Opções do Plano, o que interessa é orçamento, só o que interessa é dinheiro e isso a CDU desaprova, considerando ser um erro tremendo.

Os orçamentos participativos existem há muitos anos e defende que deve ser usado em locais onde não se pode contactar com a população. Aqui pode, e deve. Se o fizer, tem todo o nosso apoio.

No seu ponto de vista, o regulamento seria um acrescentar de burocracias, comissões que se tinham de criar para poder analisar, fazer plenários com os trabalhadores da Autarquia e as populações, além de que tem muitas omissões. Não sabe qual o valor que teria de ter o orçamento, considerando que a sua aprovação seria um cheque em branco. Votam contra por não acreditarem ser esse o caminho. -----

A Presidente da Câmara, Paula Chuço, agradeceu a intervenção e insistiu que são maneiras diferentes de trabalhar. Relembrou que a próxima reunião deslocalizada seria em Cabeção. Insistiu que um dos princípios deste executivo é estar próximo da população através destas iniciativas. Realçou que a reunião de Pavia estava cheia e que existiu bastante participação por parte dos munícipes.

O membro eleito, Luís Casanova (PS), afirmou que o Programa Quinquenal não terá sido assim tão positivo e que, na realidade, não se tirou tanto como o que o eleito João Saraiva defendeu. Abordando a situação do Orçamento Participativo, insistiu que o que importa são as pessoas e não o dinheiro, e o que se pretendia com o orçamento participativo era permitir às pessoas ver concretizadas algumas pequenas ambições a nível do concelho. O orçamento participativo vinha de encontro a essas necessidades. Reforçou que nunca seria um cheque em branco uma vez que o mesmo teria de ser aprovado em Assembleia Municipal, visto que o Orçamento anual da Câmara é aprovado em Assembleia Municipal.

Relativamente à existência de um Plano de Atividades, e das Grandes Opções do Plano, concordou, reforçando ser uma ferramenta essencial. Contudo, rematou com a ideia de que “não há orçamento sem plano de atividades”.

Em nome do Grupo Municipal do PS, leu uma declaração de voto, relativamente ao orçamento participativo (que se anexa). -----

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, Paula Chuço, informou os membros da Assembleia Municipal, que a autarquia está a agendar para as quartas-feiras, atendimento nas freguesias. É uma forma de estar mais perto da população e escutar as suas preocupações e necessidades.

Colocado à Votação, é rejeitado, com dez votos contra do Grupo Municipal da CDU, e nove votos a favor pelo Grupo Municipal do PS.-----

Ponto seis: Informação da Câmara Municipal Prevista na alínea c) do nº.2 do artigo 25 da Lei nº.75/2013, de 12 de setembro.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Luis Simão de Matos, alerta para um lapso no ponto dois, que deve ser revisto numa próxima sessão da Assembleia Municipal. Pergunta se alguém tem algo a questionar relativamente ao documento, Relatório de Atividades. -----

Pede para intervir o membro eleito, António Vitorino (CDU), que questionou a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Paula Chuço, sobre o parque de estacionamento referido no relatório de atividades. Pergunta se é o mesmo que o terminal rodoviário, prometido à população durante a campanha eleitoral. Tratando-se da mesma coisa, considera que a população foi enganada. -----

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, Paula Chuço, esclareceu referindo que não é a mesma coisa, mas sim a resolução de um problema que a população há muito pretendia ver resolvido. Prende-se com a segurança dos utilizadores da Rede Nacional de Expressos. Ao saírem dos veículos, estavam sujeitos ao perigo de atropelamento, dado ser a paragem numa via com algum trânsito. O terminal, não este projetado para aquele lugar, foi uma solução em curto espaço de tempo, para manter a segurança dos passageiros. -----

De seguida, o membro eleito, António Vitorino (CDU), questiona sobre o abastecimento de água na Malarranha. Pergunta quais as medidas estruturais que estão a ser aplicadas além do apoio dos Bombeiros Voluntários de Mora. -----

O Senhor Vereador Hugo Carreiras informou que o problema é antigo, são roturas sucessivas. Para além deste facto, durante um fim de semana, ocorreu um grande consumo de água. Neste sentido, a Câmara Municipal lançou um comunicado no sentido de se fazer um consumo racionado de água. Uma forma de colmatar a falta de água foi recorrer ao abastecimento por parte dos Bombeiros. Contudo, estão a ser tomadas algumas diligências para que a situação não volte a acontecer. -----

O Membro eleito, António Vitorino (CDU), questionou relativamente à proteção civil, por não se mencionar a contratação de um técnico. -----

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, Paula Chuço, esclareceu que o Executivo tentou trazer um técnico com um currículo invejável, o Engenheiro João Roma, que, durante três semanas, apresentou um trabalho extraordinário. Declinou o convite da Câmara Municipal de Mora pelo facto de ter recebido, por parte das Águas de Portugal, uma proposta irrecusável dado o cargo a desempenhar. O Executivo irá procurar uma solução para ocupar este lugar que deixou altas expectativas. -----

O membro eleito, António Vitorino (CDU), colocou mais uma questão que se prende com o Gabinete de Apoio ao Empreendedor. Perguntou quantas pessoas já recebeu e quantos projetos ajudou a viabilizar. -----

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, Paula Chuço, passou a palavra ao Senhor Vereador António Ferreira que esclareceu que a equipa do Gabinete de Apoio ao Empreendedor é composta por dois técnicos. O Gabinete tem tido muita procura, com realização de sessões de atendimento uma vez por mês e os horários preenchidos. Está a ser desenvolvido um projeto para o nosso concelho com o apoio da equipa que, atempadamente, será conhecido. Por sigilo, não se pode mencionar os seus intervenientes. Por vezes, as pessoas que procuram o Gabinete, chegam apenas com ideias; outras, com projetos maiores com os quais pretendem avançar num negócio próprio, como por exemplo um restaurante; outras trazem questões relacionadas com eficiência energética. Não tendo experiência na gestão do processo, o Gabinete dá esse apoio. Podem concorrer a fundos europeus, que podem chegar ao montante de cerca de duzentos mil euros, e o Gabinete presta-lhes essa ajuda uma vez que as candidaturas têm um prazo muito curto. Já foram feitas algumas candidaturas, o que o executivo considera ser muito gratificante. Referiu, como exemplo, o processo do CACI de Mora, PRR, onde vão receber quatrocentos e vinte mil euros para a obra de requalificação, o que promove um aumento para vinte e cinco utentes e mais três a quatro postos de trabalho. A Câmara Municipal está disponível para apoiar, quer particulares, instituições, juntas de freguesia. Os concursos tem prazos muito apertados, cerca de trinta dias. A ADRAL tem sido excedível na ajuda às candidaturas. Em curto espaço de tempo vão aparecer resultados desta parceria. -----

Em forma de conclusão desta Sessão da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Paula Chuço, fez referência à aprovação do PRR do CACI, a primeira aprovação do projeto a nível distrital, oito meses depois de estar no executivo. Afirma ser muito gratificante podere começar-se a obra, que permite um aumento para vinte cinco vagas, tendo sido pedido à Câmara uma sala para realizarem um curso profissional com os utentes do concelho e de concelhos vizinhos. Esta iniciativa permitirá novas oportunidades de integração na sociedade e nas empresas existentes com abertura a esta integração.

O PRR aprovado foi executado pelos técnicos do Município, a Técnica Luisa Nunes e o Arquiteto Vítor Mendes, a quem deixou um agradecimento muito especial! Trabalharam afincadamente para que, em trinta dias, pudessem elaborar um projeto desta dimensão. Fez uma reflexão às comemorações do dez de junho que, pela primeira vez, foi celebrado no concelho, com a realização de eventos que tiveram em conta a divulgação do trabalho de pessoas com vínculo ao nosso concelho, bem como a homenagem ao saudoso Duarte Pires, com atribuição do seu nome às Piscinas Municipais.-----

Ponto sete: Aprovação da minuta da Ata da presente sessão

Colocada à votação. Foi aprovada por unanimidade. -----

A sessão terminou às vinte e quatro horas, para constar se lavrou a presente ata aprovada em minuta, vai ser assinada por mim, Maria João Oliveira, que redigi e subscrevo, assim como pelos membros da mesa.-----



TOMADA DE POSIÇÃO
PELA VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE E DO SNS
POR MAIS MÉDICOS NO CENTRO DE SAÚDE DE MORA

Face à sucessivas políticas de direita do PSD e do PS, regista-se hoje uma enorme carência de profissionais nos estabelecimentos de saúde que integram o Serviço Nacional de Saúde (SNS), os elevados ritmos de trabalho, a falta de condições de trabalho, a falta de investimento em equipamentos, a desvalorização social, profissional e remuneratória dos profissionais de saúde têm levado à sua desmotivação e à saída do SNS, seja por aposentação, seja para exercer funções em entidades privadas ou fora do país. A desvalorização social, profissional e remuneratória dos trabalhadores da saúde é parte integrante da estratégia de descredibilização e fragilização do SNS, a que se associam os objetivos de transferência da prestação de cuidados de saúde para os grupos privados.

No Distrito de Évora verifica-se um crescimento de utentes sem médico de família como é o caso da Freguesia de Mora onde se contam várias centenas.

Com toda esta situação, são os utentes mais fragilizados aqueles que mais sofrem, nomeadamente os que necessitam regularmente de consultas de, por exemplo, controlo da diabetes, hipocoagulados, saúde materna e infantil, consultas estas que apresentam grandes limitações e lapsos de tempo intoleráveis.

A situação não se resolve com o recurso pontual a médicos tarefeiros. Resolve-se com o preenchimento dos lugares vagos no quadro e com médicos presentes a tempo inteiro para que não se repitam as situações de enorme precariedade que ultimamente têm vindo a verificar-se e limitam drasticamente o acesso aos cuidados de saúde.

Nunca a situação em matéria de saúde, no nosso Concelho, foi tão grave e preocupante.

É urgente alterar este estado de coisas.

Neste sentido, a CDU e os seus eleitos continuam disponíveis para ajudar na resolução urgente de tão preocupante problema que afecta gravemente a população do nosso Concelho.

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Mora delibera que seja dado conhecimento desta Tomada de Posição à população do Concelho de Mora através dos canais de informação da Câmara Municipal - Boletim Municipal, portal institucional e página oficial do facebook – e enviada ao senhor Primeiro-Ministro, à senhora Ministra da Saúde, à ARS Alentejo, ACES e aos Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República.

Tomada de Posição apresentada pelo “Grupo Municipal da CDU”.

Mora, 30 de Junho de 2022

Aprovada
por unanimidade

Moção

O AUMENTO DO CUSTO DE VIDA IMPÕE EXIGE MEDIDAS URGENTES

A situação económica e social nacional está marcada pelo agravamento acelerado dos principais défices estruturais do País, pela degradação das condições de vida dos trabalhadores e do povo e pela acumulação de milhões de euros de lucros pelos grupos económicos e multinacionais, que aproveitam agora a guerra e as sanções tal como antes aproveitaram a epidemia para alcançarem os seus intentos.

O agravamento do custo de vida, com a especulação e uma generalizada subida dos preços dos bens e serviços essenciais, que se verificou a partir do segundo semestre de 2021 e que se acentua ao longo de 2022, tem vindo a traduzir-se na erosão do valor real dos salários, das reformas e pensões, e no disparar dos lucros da generalidade dos grupos económicos que dominam a economia nacional. É neste contraste, entre o empobrecimento da larga maioria da população e o aumento da riqueza acumulada por uma ínfima minoria, que vive o nosso País.

A situação dos combustíveis, que já aqui trouxemos, é particularmente escandalosa.

Para não enfrentar as petrolíferas e não pôr em causa o famigerado mercado que lhes garante lucros colossais, o Governo recusa-se a tomar medidas de controlo e fixação de preços, permitindo a continuação de uma espiral de aumentos que dura há anos.

Em matéria de produção nacional, designadamente agro-alimentar, a situação não é menos preocupante.

Apesar de Portugal dispor de importantes potencialidades e recursos produtivos, as últimas décadas caracterizaram-se pelo seu desaproveitamento e pela destruição do aparelho produtivo e da produção nacional, acentuando dependências externas que, sobretudo no contexto internacional que vivemos nos últimos anos, se têm revelado flagrantemente

contrárias à garantia de satisfação das necessidades do povo e do País e de um rumo de desenvolvimento soberano para Portugal.

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Mora, reunida em sessão ordinária a 30 de Junho de 2022, exorta o senhor Primeiro-Ministro e através dele o Governo a:

1. A aumentar quanto antes o salário mínimo para 850 Euros;
2. A colocar em prática uma política que promova o aumento generalizado de salários e pensões, e medidas de defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores;
3. A promover uma política de valorização dos serviços públicos, mormente o tão depauperado Serviço Nacional de Saúde;
4. A promover uma política de apoio à produção nacional;
5. A promover uma política corajosa capaz de enfrentar os interesses dos grandes grupos económicos e tome medidas para controlo e fixação de preços.

A Assembleia Municipal de Mora deliberou ainda que seja dado conhecimento desta Moção à população do Concelho de Mora através dos canais de informação da Câmara Municipal - Boletim Municipal, portal institucional e página oficial do facebook – e enviada ao senhor Primeiro-Ministro, à senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e aos Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República.

Neste contexto de agravamento das condições de vida dos trabalhadores, dos pensionistas e reformados, a CDU apela à participação na Manifestação Nacional convocada pela CGT-IN, no próximo dia 7 de Julho, em Lisboa.

Moção apresentada pelo “Grupo Municipal da CDU”.

Mora, 30 de Junho de 2022

Aprovada com maioria
10 votos a favor - CDU
9 votos contra - PS